



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO



EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 129/2023

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL.

DATA: 03/08/2023.

HORÁRIO: 08hs00 Horas (Horário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul).

LOCAL: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho MS (Rua Pedro Celestino, s/n, Centro).

1 - Preâmbulo

1.1 - A Prefeitura Municipal de Porto Murtinho MS, torna público que na data, horário e local acima indicados fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço global**, pelo **Pregoeiro designado pela Portaria nº 011/2023 de 05 de janeiro de 2023**, na sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Porto Murtinho Estado de Mato Grosso do Sul, do Pregão conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente à Lei 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente, às normas da Lei 8.666/93 e suas modificações, que regulamentam a licitação na modalidade Pregão.

1.2 - **Recebimento e abertura dos envelopes ocorrerá em sessão pública às 08hs00 do dia 03 de agosto de 2023.**

1.3 - As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

1.4 - Os envelopes contendo a proposta de preço e os documentos de habilitação serão recebidos na sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Porto Murtinho Estado de Mato Grosso do Sul, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

2 - Objeto da Licitação

2.1 – Contratação de empresa que tenha prestador com nível superior, especializado para prestação de serviços de assessoria, consultoria, acompanhamento e orientações acerca das ações continuadas na Gestão da Saúde Pública, vinculada ao processo de Gestão Econômica e no Fortalecimento dos Serviços em Rede na Atenção Primária, Vigilância em Saúde e Gestão Hospitalar no Município de Porto Murtinho MS, em conformidade com o detalhamento contido no Anexo I – Proposta de Preços e nos moldes do Termo de Referência – Anexo VII, parte integrante da licitação em epígrafe.

2.2 - As especificações constantes da Proposta de Preço, não poderão ser alteradas,

podendo a proponente oferecer esclarecimento à Comissão Permanente de Licitação, por meio de carta, que anexará à proposta.

3 - Das Condições de Participação

3.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem os requisitos e condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.2 - A participação do licitante no Pregão (Presencial) significará que tomou conhecimento de todas as informações que julgou necessárias, que examinou o conteúdo deste Edital e Proposta de Preço e os encontrou corretos, e que aceita, integral e irretratavelmente, os seus termos.

3.3 - Não será permitido a participação de empresas que tenham sócios ou empregados que sejam funcionários da Prefeitura Municipal de Porto Murtinho MS.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Cada licitante credenciará apenas 01 (um) representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste edital, por sua representada.

4.2 Na sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação o proponente/representante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, devidamente munido de documentos que o credenciem a participar deste certame e a responder pela representada, devendo, ainda, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou documento equivalente.

4.3 O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de Procuração, com firma reconhecida, ou documento que comprove os necessários poderes para formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

4.4 - Tratando-se de representante legal: Estatuto Social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos, e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

4.5 - Tratando-se de procurador: a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

4.6 - Serão aceitas propostas encaminhadas por meros portadores que não estejam munidos dos documentos relacionados para credenciamento neste edital. A ausência desta documentação

implicará, de imediato, na impossibilidade da formulação de lances após a classificação preliminar, bem como na perda do direito de interpor recurso das decisões da Pregoeira, ficando a licitante impedida de se manifestar durante os trabalhos.

4.7 - A Micro Empresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) que pretenda sua inclusão no regime diferenciado concedido pela Lei Complementar nº. 123/06 deverá comprovar sua condição de ME ou EPP mediante apresentação de Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial da Unidade da federação (UF) da sede da licitante (Artigo 8º. IN 103/2007 DNRC).

4.7.1 - A Certidão supracitada deverá ser apresentada fora do envelope de documentação e proposta, a qual deverá ser entregue a Pregoeira para que a empresa usufrua dos privilégios da Lei Complementar nº123/06.

4.7.2. Para que a empresa possa exercer o direito previsto no subitem 4.7 deverá se fazer presente no ato do julgamento das propostas.

4.7.3 – Em hipótese alguma serão aceitos documentos diferentes dos citados acima para efeito de comprovação do enquadramento de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte.

4.7.4 – Na hipótese de não constar prazo de validade na Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial da Unidade da federação (UF) da sede da licitante (Artigo 8º. IN 103/2007 DNRC), prevista no subitem 4.7 a administração aceitará como válidas as expedidas até 06(seis) meses dentro do ano de exercício imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

4.8 - A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº123, caracteriza o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista no edital.

4.9 - A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa da Pregoeira.

5 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1 - Cada licitante deverá apresentar os seguintes documentos: Declaração, separada de qualquer dos envelopes relacionados nos anexos, declarando que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório de acordo com modelo estabelecido no Anexo II do Edital deverá ser apresentada fora dos Envelopes I e II.

5.2 - No local, dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, os representantes credenciados das Proponentes deverão entregar, simultaneamente, ao Pregoeiro ou equipe de apoio, em 2 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

5.3 - ENVELOPE I - PROPOSTA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO MS

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

NOME COMPLETO DO LICITANTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2023

DATA DE ABERTURA: 03/08/2023 - HORÁRIO: 08hs00

(razão social e endereço da empresa se o envelope não for timbrado)

5.4 - ENVELOPE II – HABILITAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO MS

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

NOME COMPLETO DO LICITANTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2023

DATA DE ABERTURA: 03/08/2023 - HORÁRIO: 08hs00

(razão social e endereço da empresa se o envelope não for timbrado)

5.5 - A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

5.6 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabela de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pela Pregoeira ou por membro da Equipe de Apoio.

6 - Envelope I - PROPOSTA

6.1 - A proposta de Preço deverá ser preenchida em (01) uma via, sem emendas, rasuras ou sobrescritos, devendo ser assinada ao seu final e rubricadas as demais folhas, devendo constar:

a) A proposta deverá ser apresentada de duas formas: via impressa e/ou via digital (**PEN DRIVE**).

b) Estar datilografada ou impressa por processo eletrônico, em 01 (uma) via em papel timbrado da licitante, redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada a última folha e rubricada as demais.

b.1) O arquivo eletrônico da proposta estará disponível no site:
<http://download.betha.com.br/versoesdisp.jsp?s=33&rdn=270417102446>

OBS: OBSERVAÇÃO BAIXAR ÚLTIMA VERSÃO.

c) - indicação da empresa: razão social, endereço completo, carimbo padronizado do CNPJ;

d) - data, assinatura e nome completo do representante legal da empresa;

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO

- e) - descrição do objeto da presente Licitação, devendo estar em conformidade com as especificações do Anexo I - Proposta de Preços, parte integrante e complementar deste edital;
- f) - preço unitário e total por item, em moeda corrente nacional, em algarismos, com duas casas decimais depois da vírgula, data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- g) - caso seja proposto preço com mais de duas casas depois da vírgula, a mesma será desprezada;
- h) - O prazo de validade da proposta: **não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da abertura da proposta;**

6.1.2 - A Proposta que não atender as exigências deste instrumento, bem como alterar a especificação da proposta, ou que apresentar preço excessivo ou manifestamente inexequível com os preços de mercado, ou aquelas que ofertarem alternativas, serão desclassificadas.

7 - ENVELOPE II - "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

7.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

7.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) - Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) - Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) - Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) - Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
- f) - Certidão de Registro da empresa e seus responsáveis técnicos junto ao Conselho Regional de Administração do Estado de Mato Grosso do Sul;
- g) - Declaração de que conhece e aceita o teor completo do edital, ressaltando-se o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o

cumprimento integral das obrigações objeto da licitação, (Modelo - ANEXO III);

h) - Declaração relativa ao trabalho de menores, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99), (Modelo - ANEXO IV);

i) - Declaração de fatos impeditivos, (Modelo - ANEXO V).

7.1.1.1- Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 7.1.1 não precisarão constar no Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

7.1.2- REGULARIDADE FISCAL

a) - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**);

b) - Prova de Regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

c) - Certidão Negativa de Débito junto ao **Município** (sede do licitante);

d) - Certidão Conjunta de regularidade perante a Fazenda Nacional (**Receita Federal do Brasil**) e a Dívida Ativa da União (Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional).

e) - Certidão Negativa de Débito Trabalhista.

f) - Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual;

7.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

7.1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) - Atestado de Capacidade Técnica operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove de maneira satisfatória que a licitante já desempenhou atividade compatível a do objeto do presente Edital em ocasião anterior;

7.1.5 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

7.1.5.1- Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

7.1.5.2- Quando o licitante apresentar certidão extraída por meio da internet, a Comissão poderá efetuar consulta no site correspondente, para verificação da autenticidade.

8 - DO TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

8.1 - NA HABILITAÇÃO:

8.1.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.1.2 - Na fase de habilitação, deverá ser apresentada e conferida toda a documentação e, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de dois dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.1.3 - A declaração do vencedor de que trata o subitem anterior acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.1.4 - A prorrogação do prazo previsto no item 8.1.2 deverá ser concedida pela administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificados.

8.1.5 - A não-regulamentação da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.1.6- Deverá ser apresentado pelo licitante declaração expressa que o preço proposto compreende todos os encargos e impostos, bem como os custos para a execução total dos serviços constantes no Termo de Referência – Anexo VIII.

8.2 - NO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.2.1 - Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

8.2.1.1- Entende-se como empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.2.2 - A preferência de que trata este item será concedida da seguinte forma:

I - Ocorrendo empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão, proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

II - Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base no inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

9.1 - No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

9.2 - Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão a Pregoeira a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo II ao Edital e em envelopes separados a proposta de preços e os documentos de habilitação.

9.2.1 - Iniciada a abertura do primeiro envelope de proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

9.3 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento dos requisitos estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) - cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) - que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

9.3.1 - No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se as correções no caso de eventuais erros, tornando-se corno corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

9.3.2 - Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

9.4 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances com observância dos seguintes critérios:

- a) - seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superior àquela;

b) - não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

9.4.1 - Para efeito de seleção será considerado o valor MENOR PREÇO.

9.5 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e as demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

9.5.1 - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

9.6 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores a proposta de menor preço.

9.7 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

9.8 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas a último preço ofertado.

9.9 - A Pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

9.10 - Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

9.10.1 - A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

9.11 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

9.12 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, caso haja aquiescência dos outros licitantes, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

a) - substituição e apresentação de documentos, ou

b) - verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

9.12.1 - A verificação será certificada pela Pregoeira e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

9.12.2 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

9.13 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

9.14 - Se a oferta não for aceitável, ou se a Licitante desatender as exigências para a habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

10 - DA IMPUGNAÇÃO DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 Decairá do direito de impugnar os termos deste EDITAL, a interessada (qualquer pessoa jurídica) que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data fixada para abertura da sessão de processamento deste PREGÃO, ou aquela Licitante que tenha aceitado suas condições sem objeção, venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso administrativo.

10.1.1. A impugnação ao EDITAL deverá ser dirigida ao Pregoeiro, ao qual caberá, com auxílio do setor solicitante, a análise e decisão de qualquer ato impugnativo, devendo pronunciá-la no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.1.2. As razões do recurso deverão ser protocolizadas no Protocolo da Prefeitura Municipal de Porto Murtinho – MS ou encaminhar no e-mail: licitacao@portomurtinho.ms.gov.br das 07:30 às 17:30 horas.

10.1.3 Acolhida petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização deste certame, exceto quando, inquestionavelmente, a impugnação não afetar a formulação das propostas;

10.1.4 A ausência de decisão administrativa definitiva pertinente à impugnação antes da data fixada para a realização deste PREGÃO, confere a licitante a sua participação no procedimento licitatório até a ocorrência desse evento.

10.2 - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de três dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes

assegurada vista imediata dos autos na repetição.

10.3 - A ausência de manifestação de recurso e devidamente motivado da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pela Pregoeira a Licitante vencedora e o encaminhamento do processo a autoridade competente para a homologação.

10.4 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado a autoridade competente.

10.5 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará a objeto do certame a licitante vencedora e homologará o procedimento.

10.6 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.7 - A adjudicação será feita **POR MENOR PREÇO**.

10.8 - A homologação da Licitação, caso não haja pedido de recurso, poderá ser feito no mesmo dia da sessão de abertura do pregão.

11 - DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

11.1 - Os pagamentos serão efetuados em 12 (doze) parcelas mensais, em até 05 (cinco) dias após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

11.2 - Os valores contratados serão corrigidos após o primeiro ano contratual, e a cada 12 (doze) meses, com base no índice oficial IPCA-M, apurado no período de referência, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época.

11.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

11.4 - As Notas Fiscais/Faturas correspondentes, serão discriminativas, constando o número da Nota de Empenho.

12 - DA CONTRATAÇÃO

12.1 - A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de termo de contrato, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, cuja respectiva minuta constitui o Anexo VIII do presente Edital.

12.2 - A adjudicatária deverá, no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer a Prefeitura Municipal de Porto Murtinho MS para assinar o termo de contrato (ou para retirar o instrumento equivalente).

12.3 - Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular ou se recusar a assinar o contrato (ou retirar o instrumento equivalente), serão convocadas as demais licitantes classificadas. Na ordem de classificação.

13 - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

13.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10 520, de 17 de julho de 2002 e posteriores alterações.

14 - DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIO

14.1 - O valor máximo disponível para atender a presente despesa é de R\$ 196.600,00 (cento e noventa e seis mil e seiscentos Reais).

14.2 - As despesas decorrentes da prestação de serviços do objeto do Pregão (Presencial) nº 039/2023 e subsequente contrato correrão à conta da Reserva Orçamentária:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 08.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.122.0011 – Administração Geral

Projeto/Atividade: 2.072 – Manutenção e Operacionalização da Saúde Municipal

Elemento: 3.3.90.35.00.00.00.0.1.500 (0500) – SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Código Reduzido: 21

15 – DOCUMENTOS INTEGRANTES

15.1 - Integram o presente Edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

Anexo I – Modelo Proposta de Preços;

Anexo II - Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; (DEVE CONSTAR FORA DOS ENVELOPES);

Anexo III – Modelo de Declaração de Teor completo do Edital;

Anexo IV - Modelo de Declaração de Atendimento ao Disposto no Artigo 7º, Inciso XXXII, da constituição federal;

Anexo V – Modelo de Declaração de Inexistência de Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração;

Anexo VI - Modelo de Termo de Credenciamento (DEVE CONSTAR FORA DOS ENVELOPES);

Anexo VII – Termo de Referência;

Anexo VIII - Minuta de Contrato.

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse, a finalidade e a segurança da contratação.

16.2 - Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pela Pregoeira e pelos licitantes presentes.

16.2.1- As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

16.3 - Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pela Pregoeira e pelos licitantes presentes que desejarem.

16.4 - Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul.

16.5 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação dos demais licitantes ficarão a disposição para retirada no Paço Municipal, Sala das Licitações, após a celebração do contrato.

16.6 - Até 02 (dois) dias úteis anteriores a data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

16.7 - A petição será dirigida a autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 01 (um) dia útil, anterior a data fixada para recebimento das propostas.

16.8 - Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

16.9 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

16.10- Os interessados em participar do presente Pregão, deverão retirar o referido Edital junto ao Núcleo de Licitações e Contratos.

16.11- Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul.

Porto Murtinho MS, 19 de julho de 2023.

JULIO CESAR CORRÊA JUNIOR

Pregoeiro

ANEXO – I
MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 129/2023

Em atendimento ao Edital do Pregão Presencial nº 039/2023, apresentamos nossa proposta de menor preço para contratação de empresa que tenha prestador com nível superior, especializado para prestação de serviços de assessoria, consultoria, acompanhamento e orientações acerca das ações continuadas na Gestão da Saúde Pública, vinculada ao processo de Gestão Econômica e no Fortalecimento dos Serviços em Rede na Atenção Primária, Vigilância em Saúde e Gestão Hospitalar no Município de Porto Murtinho MS.

PROPOSTA DE PREÇO					
PROCESSO Nº 129/2023			PREGÃO Nº 039/2023		
PROPONENTE:					
CNPJ:			FONE:		
ENDEREÇO:					
MUNICÍPIO/ESTADO:					
BANCO:		AGÊNCIA:		CONTA:	
ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	PREÇO UN.	PREÇO TOTAL
01	Contratação de empresa que tenha prestador com nível superior, especializado para prestação de serviços de assessoria, consultoria, acompanhamento e orientações acerca das ações continuadas na Gestão da Saúde Pública, vinculada ao processo de Gestão Econômica e no Fortalecimento dos Serviços em Rede na Atenção Primária, Vigilância em Saúde e Gestão Hospitalar no Município de Porto Murtinho MS.	MÊS	12		
Valor R\$:					

Condições de Pagamento: Em até 05 (cinco) dias, conforme entrega dos bens e emissão de Nota Fiscal, devidamente atestada.

Período de Fornecimento: 12 (doze) meses.

Declaramos que examinamos, que conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital da presente Licitação modalidade Pregão Presencial, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dele fazem parte. Declaramos ainda que, estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assumindo total



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO



responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto. Declaramos expressamente que estamos de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada, que estão incluídas nesta proposta Comercial, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação e propomos os valores acima com validade da proposta de 60 dias.

_____, ____ de _____ de ____.

Carimbo Empresa, Assinatura e Nome Completo do Responsável

CARIMBO CNPJ – EMPRESA



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO



ANEXO – II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Abaixo consta modelo para apresentação da Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Referência:

Prefeitura do Município de Porto Murtinho MS

Pregão Presencial nº 039/2023

_____, inscrita no CNPJ/MF nº_____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)_____, portador(a) do documento de identidade RG nº_____, emitido pela SSP/_____, e do CPF nº_____, DECLARA, sob as penas da lei, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei n.º 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o Pregão acima mencionado.

Localidade/Data (____), __ de _____ de 2023.

Nome do Representante Legal

Função

OBS. Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da sessão, antes e separadamente dos envelopes (Proposta de Preços e documentos de habilitação) exigidos nesta licitação.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO



ANEXO - III

Referência:

Prefeitura do Município de Porto Murtinho MS

Pregão Presencial nº 039/2023

MODELO DE DECLARAÇÃO TEOR DO EDITAL

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA), CNPJ nº, sediada (endereço completo), declara, sob as penas da lei, de que conhece e aceita o teor completo do edital, ressaltando-se o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações objeto da licitação.

Local e data

(nome e assinatura do responsável pela proponente em papel timbrado da empresa)

OBS.: Esta Declaração deverá ser inserida no envelope de Documentos de Habilitação.

ANEXO - IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Abaixo consta modelo para apresentação da Declaração de Atendimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal. A declaração deverá ser entregue em papel timbrado do licitante, com assinatura de seu representante legal. Em caso de necessidade, deve ser feita a ressalva relativa ao emprego de aprendiz; se não for o caso, esta ressalva não deve constar da declaração.

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL**

Referência:

Prefeitura do Município de Porto Murtinho MS

Pregão Presencial nº 039/2023

_____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) do documento de identidade RG nº _____, emitido pela SSP/_____, e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva, ainda, que emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

(Localidade), ____ de _____ de 2023.

Nome do Representante Legal

Função

OBS.: Esta Declaração deverá ser inserida no envelope de Documentos de Habilitação



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO



ANEXO - V

Referência:
Prefeitura do Município de Porto Murtinho MS
Pregão Presencial nº 039/2023

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

NOME DA EMPRESA-----CNPJ nº -----sediada (endereço completo)-----, declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, modalidade Pregão Presencial nº 066/2021, realizado pela Prefeitura Municipal de Porto Murtinho MS, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

Nome e Número da Identidade do declarante

....., de..... de 2023.

Empresa

OBS.: Esta Declaração deverá ser inserida no envelope de Documentos de Habilitação.

ANEXO - VI

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Abaixo consta modelo para apresentação de Termo de Credenciamento. O Termo deverá ser entregue em papel timbrado do licitante, com assinatura de seu outorgante, de acordo com o estabelecido no item 5 do Edital.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, com sede à _____, representada neste ato por seu _____ (identificar qualificação do outorgante), o(a) Sr(a) _____, portador(a) do documento de identidade RG nº _____, emitido pela SSP/____, e do CPF nº _____, nomeia e constitui eu bastante Procurador o(a) Sr(a). _____, portador(a) do documento de identidade RG nº _____, emitido pela SSP/____, e do CPF nº _____, a quem confere amplos poderes para representar a _____ (razão social da empresa) perante a Prefeitura do Município de Porto Murtinho MS durante o Pregão Presencial nº 039/2023, que tem por objeto a seleção de proposta mais vantajosa para contratação de empresa que tenha prestador com nível superior, especializado para prestação de serviços de assessoria, consultoria, acompanhamento e orientações acerca das ações continuadas na Gestão da Saúde Pública, vinculada ao processo de Gestão Econômica e no Fortalecimento dos Serviços em Rede na Atenção Primária, Vigilância em Saúde e Gestão Hospitalar no Município de Porto Murtinho MS, em conformidades com o detalhamento contido no Anexo I – Proposta de Preços e nos moldes do Termo de Referência – Anexo VII, parte integrante deste Edital, do Pregão Presencial nº 039/2023, com poderes para tomar, em nome da Outorgante, qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive:

- a) apresentar a declaração de que a empresa cumpre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos;
- b) entregar os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação;
- c) formular lances ou ofertas verbalmente;
- d) negociar com a Pregoeira a redução dos preços ofertados;
- e) desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão pública ou, se for o caso, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de fazê-lo;
- f) assinar a ata da sessão;
- g) prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Pregoeira e;
- h) praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

A presente Procuração é válida até o dia ____ de _____ de _____.

LOCALIDADE (____), ____ de _____ de 202x

Nome do Outorgante

Qualificação do Outorgante

(FIRMA RECONHECIDA)

OBS. Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da sessão, entes e separadamente dos envelopes (Proposta de Preços e documentos de habilitação) exigidos nesta licitação.

ANEXO – VII

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa que tenha prestador com nível superior, especializado para prestação de serviços de assessoria, consultoria, acompanhamento e orientações acerca das ações continuadas na Gestão da Saúde Pública, vinculada ao processo de Gestão Econômica e no Fortalecimento dos Serviços em Rede na Atenção Primária, Vigilância em Saúde e Gestão Hospitalar, conforme detalhamento neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação de empresa que tenha prestador com nível superior, especializado em serviços de assessoria, consultoria, acompanhamento e orientações acerca das ações continuadas na Gestão em Saúde pode trazer resultados bastante positivos para o processo de melhoria do atendimento aos usuários do município de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul, cabendo minuciar-mos adiante os proveitos que tal solução representaria nos dois vieses descritos no objeto, quais sejam:

3. GESTÃO

A gestão estratégica pressupõe a ampliação de espaços coletivos para o exercício do diálogo e da pactuação das diferenças, de forma a construir um conhecimento compartilhado sobre rede, preservando a subjetividade e a singularidade presentes na relação de cada indivíduo e da coletividade, com a dinâmica da gestão.

Esta prática amplia a vocalização das necessidades e dos desejos da população e a escuta dos profissionais e dos serviços, para que o acolhimento e o cuidado tenham significado para ambos.

As práticas participativas implicam, sempre, na construção de consensos, a partir da identificação e do reconhecimento dos dissensos, indicando alternativas a partir de diferentes opiniões, ensejando resultados mais expressivos e duradouros.

Assim, a gestão estratégica e participativa constitui-se em um conjunto de atividades voltadas ao aprimoramento da gestão do SUS, visando a maior eficácia, eficiência e efetividade, por meio de ações que incluem o apoio ao controle social, à educação permanente e popular, à mobilização social, à busca da equidade, ao monitoramento e avaliação.

As atividades da empresa contratada, portanto, estarão focadas para o controle efetivo de todos os serviços oferecidos pela rede por meio da mensuração de resultados, construção e acompanhamento de indicadores, relatórios de gestão, elaboração de projetos com auxílio nas suas respectivas execuções e acompanhamento, de forma que possa subsidiar a gestão dentro da responsabilidade legal em todas as instancias, incluindo:

- Planejamento Institucional
- Auxílio em todo processo de compras, desde o levantamento da necessidade, assim como os meios para aquisição ou contratação de serviços tanto nas leis 8.666/93 e anexos a NLL 14.133/2021.
- Dar treinamento a pessoa indicada pela Secretaria de Saúde ao PCA (Programa de Contratações Anual) e de todas as formas de aquisições de produtos e serviços.
- Reorganização documental institucional, qualificando a gestão na elaboração dos Termos, convênios e projetos;
- Monitoramento da qualidade da Regulação e do acesso;
- Revisão e redesenho dos processos de trabalhos na administração;
- Fortalecimento do trabalho em rede e a integração com SUS local, visando a qualificação dos indicadores;
- Auxílio para a correta execução dos softwares da rede SUS, dando maior acesso e acessibilidade aos servidores da Secretaria de Saúde.
- Controle documento e monitoramento da gestão hospitalar;
- Contratualização do serviço e prestação de contas
- Revisão da normatização dos serviços;
- Qualificação dos Protocolos de faturamento;
- Controle econômico/financeiro de acordo com o planejamento estabelecido;
- Respaldo quadrimestral à Gestão com dados e indicadores.

- Subsídios à gestão com análises de desempenho dos estabelecimentos, serviços e redes assistenciais por meio da Gestão de Custos;
- Fortalecimento à busca dos indicadores do Planifica SUS.
- Aperfeiçoamento das ações de saúde a partir do estudo de condições eficientes de distribuição dos recursos disponíveis;
- Análise de custos e benefícios na implementação de tecnologias em saúde, serviços de saúde e políticas de saúde sob o viés econômico;
- Avaliação econômica compreendendo as análises de custo-efetividade, custo-utilidade, custo-minimização e custo-benefício das atividades no âmbito da saúde;
- Análise econômica da demanda por ações e serviços de saúde.

3.1 Fortalecimento dos Serviços em Rede:

Quanto aos serviços atrelados ao Fortalecimento dos Serviços em Rede na Atenção Primária, Vigilância em Saúde e Assistência de Média e Alta Complexidade, impende melhor destacarmos o porquê a contratação de uma empresa de Consultoria terá o condão de agregar resultados positivos ao interesse público, senão vejamos:

3.1.1 Da Atenção Primária:

A consolidação de uma Atenção Primária à Saúde forte é avaliada pela posição ocupada pela ESF no sistema de saúde, capacidade de resolução, reconhecimento profissional e social de seus trabalhadores, descentralização das ações de saúde coletiva para a APS e consequentes reflexos no acesso e utilização dos serviços.

Apoiar os gestores municipais na tomada de decisões e levar à população o conhecimento do que encontrar na Atenção Primária à Saúde, são funções primordiais e precípuas da Administração pública, especialmente pela Secretaria de Saúde e seus órgãos, e estas ações devem ser estimuladas e multiplicadas à exaustão.

Dessa forma, o cuidado em saúde deve ter o usuário como centro e deve ser organizado de acordo com suas expectativas pessoais e necessidades em saúde, apontando de forma construtivista com

a equipe para a construção de um Sistema Único de Saúde mais equânime, de melhor qualidade e voltado às necessidades de saúde da população.

3.1.2 Da Vigilância em Saúde:

O SUS representa um moderno modelo de organização dos serviços de saúde, com eixos norteadores relacionados à universalidade, à integralidade, à acessibilidade, à resolutividade, à hierarquização, à regionalização, à descentralização e ao controle social.

A Vigilância deve trabalhar de forma integrada e harmônica com todas as Unidades de Atendimento à Saúde, tendo como meta relevante manter sua legislação atualizada e aprovada para respaldar suas ações estratégicas de trabalho.

Avaliamos como fundamental focar nas ações de vigilância visando qualificar o cuidado e melhoria das notificações de doenças e agravos, orientando os protocolos de intervenção, fiscalização sanitária, trabalhar com determinação a educação permanente orientando para os casos ocorridos no território, evitando as endemias, epidemias e os surtos.

A contratação pretendida, ao mesmo tempo em que visa dar um suporte contínuo às demandas necessárias acometidas aos agentes públicos do órgão, visa respaldar tecnicamente as decisões que precisam ser tomadas pelos gestores municipais no segmento da saúde pública.

3.1.3 Da Assistência de Média e Alta complexidade:

A organização da prestação da assistência no SUS é baseada em dois princípios fundamentais: a regionalização e a hierarquização. Além destes princípios o sistema, ao longo dos anos, estabeleceu que as ações e procedimentos se dispusessem em dois blocos, sendo um relativo à atenção básica, e o outro, que contempla as ações de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar. Desta forma, foram definidos sistemas de informação, de pagamento, e de controle, avaliação e regulação. As ações e procedimentos considerados de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar constituem-se para os gestores um importante elenco de responsabilidades, serviços e procedimentos relevantes para a garantia da resolutividade e integralidade da assistência ao cidadão.

Os serviços de especialidade e a atenção hospitalar de média complexidade tornaram-se, frequentemente, a verdadeira porta de entrada do sistema, atendendo diretamente grande parte da demanda que deveria ser atendida na rede básica, perdendo-se tanto a qualidade no atendimento primário quanto no acesso da população aos tratamentos especializados, representando, além disso, ampliação ineficiente dos gastos do SUS. Por outro lado, as dificuldades da realização de procedimentos de maior complexidade para sua população foram sentidas por muitos municípios que, infelizmente, tentaram construir sistemas de saúde municipais autônomos, expandindo a rede municipal sem articulação regional, sem observar a necessária economia de escala, com serviços de saúde mal dimensionados para as necessidades da população, que se tornam ociosos, custosos e inviáveis técnicas e financeiramente (MENDES, 2001). Sucintamente, estas são as razões que levaram à importante discussão dos gestores do SUS, ainda em desenvolvimento, sobre a adoção de critérios para a organização dessas ações de maior complexidade, permitindo a aplicação do princípio de “regionalização” da assistência, sem o qual dificilmente o SUS poderá garantir a integralidade das ações de saúde para a população brasileira.

O gestor público ou de uma instituição que seja referência SUS deve utilizar critérios bem definidos na escolha de um serviço, adotando parâmetros gerais ou específicos, de cada uma das políticas de atenção à saúde, bem como de outras normas técnicas de credenciamento elaboradas pelo Ministério da Saúde.

Resumidamente e, em acréscimo ao que já foi dito anteriormente, os principais critérios são:

- população a ser atendida;
- necessidade de cobertura assistencial;
- mecanismos de acesso com fluxos de referência e contra referência;
- capacidade técnica e operacional dos serviços (de acordo com as normas técnicas específicas, se houverem);
- série histórica de atendimentos realizados e identificação de demanda reprimida;

- integração com os mecanismos de regulação e com os demais serviços assistenciais, ambulatoriais e hospitalares que compõem a rede de assistência;
- disponibilidade de financiamento.

Apoiar o gestor na tomada de decisão e levar aos usuários o conhecimento do que encontrar na Média e alta complexidade são funções primordiais e precípuas da Administração, especialmente pela Secretaria Municipal de Saúde e seus órgãos, e estas ações devem ser estimuladas e multiplicadas à exaustão.

Dessa forma, o cuidado em saúde deve ter o usuário como centro e deve ser organizado de acordo com suas expectativas pessoais e necessidades em saúde, apontando de forma construtivista com a equipe para a construção de uma assistência mais equânime, de melhor qualidade e voltado às necessidades de saúde dos usuários.

4. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

- Elaborar o Diagnóstico Situacional quanto as questões operacionais da Instituição, financiamento federal, estadual e municipal, alocação de recursos próprios, quadro de pessoal e processos de trabalho;
- Elaborar o Plano de trabalho que será validado pela equipe gestora da Instituição;
- Realizar a prestação de serviços de consultoria na Instituição, visando oferecer o suporte necessário ao eficiente desempenho das suas atividades e gerencias na área de saúde com Cooperação técnica voltada para o aperfeiçoamento da gestão, contemplando atividades e planejamento das Ações à Saúde com orientações, conforme detalhado abaixo:
 - Revisão dos processos de trabalho;
 - Monitoramento dos indicadores de desempenho Hospitalar;
 - Estruturação de serviços em rede;
 - Apoio para elaboração de protocolos
 - Fortalecimento do vínculo com usuários;
 - Apoiar a Implantação da Gestão de Custos em Saúde nos estabelecimentos municipais de saúde

- Elaborar o Diagnóstico Situacional quanto as questões operacionais da Instituição, financiamento federal e estadual, alocação de recursos próprios, quadro de pessoal e processos de trabalho;
- Elaborar o Plano de trabalho que será validado pela equipe gestora da Instituição;
- Elaborar relatórios mensais das atividades executadas.

5. METODOLOGIA

5.1. Consistirão em reuniões mensais com a equipe gestora da Instituição, capacitação e nivelamento de conhecimentos sobre Gestão Hospitalar, estudos técnicos sobre financiamento e gestão realizados na sede da empresa ou na Secretária de Saúde e apresentados em momentos presenciais e consubstanciados em relatórios.

- a) O prestador deverá estar presente no município, no mínimo 12 (doze) dias por mês, para execução de suas atividades, combinando com o gestor da Secretaria de Saúde os dias e horários.
- b) Os deslocamentos para outros municípios ficarão por conta e responsabilidade da empresa contratada.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) A empresa licitante deverá comprovar que seu prestador tem através de Atestado(s) de Capacidade Técnica, Diplomas de Formação Superior, Referência que já prestou serviços na área em órgão público, certificados ou Congressos ou Seminários fornecido por pessoa Jurídica de Público ou Privado, que já desempenhou atividade compatível com a do presente Termo de Referência;
- b) A licitante deverá comprovar que o prestador tenha formação em Gestão Hospitalar, formação superior na área contábil com CRC ativo, formação na área da Administração e que já tenha prestado serviços na área da saúde pública.

7. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

7.1 A contratação dos serviços será pelo prazo seis (12) meses, contados da assinatura do contrato, que poderá ser prorrogado, conforme inciso II do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no interesse da Prefeitura Municipal/Instituição, para continuidade

dos serviços de assessoria e consultoria, que podem ser considerados de natureza continuada.

8. PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias após o recebimento definitivo mediante nota fiscal de serviços acompanhada de relatório das atividades desenvolvidas no mês, devidamente atestado pela unidade, acompanhado dos demais documentos fiscais, inclusive comprovantes da seguridade social (INSS e FGTS);

Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente;

O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário, cheque nominativo ou outro procedimento a critério da Administração.

9. Classificação orçamentária

9.1 - As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste TERMO correrão à conta da seguinte dotação:

Projeto Atividade: 2.072 - Manutenção e Operacionalização da Saúde Municipal
Elemento de Despesa: (21) 3.3.90.35.00.00.00.00 0.1.500 (0500) Serviços De Consultoria

9.2 E dotações que vierem a substituir no exercício seguinte.

10. Indicação de fiscal de contrato

10.1 Fica designado como fiscal do presente contrato o Sr. Vilson Rolom de Campos, inscrita no CPF: 178.159.161-04 e como suplente a Sr^a. Estela da Silva Neves Elias, inscrita no CPF: 013.520.471-28, conforme dispõe o art. 67 da Lei Federal 8.666/93.

11. ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

11.1 A empresa contratada ficará obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias de até 25% (vinte e cinco por cento) do montante inicialmente contratado, cabendo a Instituição, justificar a necessidade em qualquer caso.

12. DAS OBRIGAÇÕES

12.1 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- Coordenar e acompanhar a execução das ações previstas no plano de trabalho apresentado e aprovado;
- Disponibilizar o acesso às informações e documentos necessários ao cumprimento das ações previstas no plano de trabalho apresentado e aprovado;
- Disponibilizar infraestrutura e equipamentos para as reuniões e outros eventos que ocorrerão entre a contratada e os técnicos da Instituição.

12.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Prestar treinamentos e assessoria de acordo com o objeto da presente licitação;
- Cumprir todas as etapas previstas no plano de trabalho apresentado e aprovado;
- Realizar todos os produtos solicitados e outros pertinentes, mas necessários ao atendimento do objeto da licitação, de acordo com o cronograma previsto no plano de trabalho apresentado e aprovado;
- Manter sigilo sobre toda e qualquer informação a que tenha acesso por ocasião da execução dos trabalhos;
- Apresentar os documentos comprobatórios dos vínculos (CTPS) ou contratos de serviços com os consultores envolvidos nos trabalhos;
- Apresentar os documentos comprobatórios das qualificações dos técnicos para o cumprimento do objeto.

Porto Murtinho MS, 24 de maio de 2023.

De acordo.

Édna Medina

Gerente de Apoio Administrativo e Operacional

Portaria nº 041/2023

ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXXXX/202X

Processo Administrativo nº 129/2023

Pregão Presencial nº 039/2023

O **MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO, estado de MATO GROSSO DO SUL**, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na _____, Bairro _____, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº _____, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Saúde, SRª **XXXXXX**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG Nº. xxxx SSP/MS e CPF/MF Nº. xxxxx, residente e domiciliado à Rua xxxx, xxxxx, xxxxxxxxx, xxxxx/MS, doravante denominados **CONTRATANTES** e a empresa....., neste ato representada pelo Sr....., (qualificação) doravante, denominada **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com os termos do Edital de Pregão Presencial n. 039/2023, seus Anexos, e com disposto na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, e alterações posteriores, Lei n.º 123/2006, subsidiariamente, na Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores, têm entre si, justo e acordado, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa que tenha prestador com nível superior, especializado para prestação de serviços de assessoria, consultoria, acompanhamento e orientações acerca das ações continuadas na Gestão da Saúde Pública, vinculada ao processo de Gestão Econômica e no Fortalecimento dos Serviços em Rede na Atenção Primária, Vigilância em Saúde e Gestão Hospitalar no Município de Porto Murtinho MS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 2.1 - Manter em sigilo todas as informações que lhes forem passadas e não puderem ser exteriorizadas;
- 2.2 - Executar com presteza, e com base na legislação vigente, os serviços que lhes forem atribuídos;

2.3 - Apresentar relatórios de atendimento, reportando acerca da situação do município nas áreas efetivamente atendidas;

2.4 - Não ter, entre seus sócios, servidor ou cargos comissionados da Prefeitura Municipal de Porto Murtinho MS, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;

2.5 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado;

2.6 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão;

2.7 - Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, decorrentes de modificações de quantitativos, projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o Art. 65 da Lei Federal n. 8.666/93;

2.8 - Comunicar a CONTRATANTE, tempestivamente e por escrito, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidade relativos à execução do instrumento contratual, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior;

2.9 - Assinar e retirar o instrumento contratual, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal;

2.10 - Responsabilizar-se, integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive para fiscais), que direta ou indiretamente, incidam ou vierem a incidir na presente contratação;

2.11 - Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes da paralisação parcial ou total na entrega dos produtos;

2.12 - Elaborar o Diagnóstico Situacional quanto às questões operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, financiamento federal e estadual, alocação de recursos próprios, quadro de pessoal e processos de trabalho;

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1 - Proporcionar à Contratada as condições necessárias a fim de que se possa desempenhar normalmente o Contrato;

3.2 - Disponibilizar os mecanismos necessários para análises das informações oficiais que demandam análise acurada pela contratada;

3.3 - Efetuar o recebimento do produto, procedendo o pagamento em até 05 (cinco) dias após a liquidação, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal designado;

3.4 - Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;

3.5 - Notificar a contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

3.6 - Fiscalizar o presente contrato nos termos legais disponíveis;

3.7 - Designar um servidor de seu quadro de pessoal para o exercício da função de Fiscal de Contrato, nos termos do artigo 67, da Lei Federal n. 8.666/93;

3.8 - Rejeitar o fornecimento do objeto do contrato por terceiros, no todo ou em parte, sem autorização;

CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO:

Os serviços serão executados mediante o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1 - O valor global do presente contrato, para fins de empenho, é de R\$ XXXXX (xxxxxxxxxxxx), que será pago em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ XXXXXXX (xxxxxxxxxx).

5.2 - Os pagamentos serão efetuados em 12 (doze) parcelas, até o dia 05 (cinco) de cada mês;

5.3 - Os valores contratados serão corrigidos após o primeiro ano contratual, e a cada 12 (doze) meses, com base no IGP-M/FGV apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época;

5.4 - Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

5.5 - As Notas Fiscais/Faturas correspondentes serão discriminativas, constando o número do contrato e processo administrativo correspondente.

5.6 - É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e com a Previdência Social, que se dará por meio de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da Certidão Negativa de Débitos (CND/INSS) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

5.7 - Se a empresa eventualmente apresentar certidão de regularidade fiscal e trabalhista com pendência de débitos, sem prejuízo do recebimento por aquilo que já havia sido regularmente executado, será notificada a regularizar sua situação em tempo oportuno, sob pena de rescisão do contrato nos termos da legislação aplicável, se não o feito;

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, prorrogáveis por interesse da Administração e acordo entre as partes, nos termos previstos no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente instrumento contratual correrão em conformidade com a seguinte classificação orçamentária:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES APLICÁVEIS:

8.1 - A proponente que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa do atendimento das condições de habilitação ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e das demais cominações legais;

8.2 - Se a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir a legislação pertinente, aplicar-se-ão as seguintes penalidades:

- a) Advertência, nas hipóteses de fornecimento de serviços em desconformidade com as especificações técnicas, de execução irregular ou extemporânea do ato de entrega, que não resulte em prejuízo para a execução do **CONTRATO**.
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor unitário da proposta, quando a adjudicatária não assinar o contrato;
- c) Multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte ou ao total, quando a licitante vencedora não cumprir com as obrigações do contrato;
- d) Suspensão temporária de licitar e contratar com o município de Água Clara - MS, bem como ser declarada inidônea, na hipótese do não recolhimento das multas aplicadas;

8.3 - Além da multa, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no art. 7.º, da Lei Federal nº 10.520/02, utilizando os critérios da razoabilidade e proporcionalidade;

8.4 - Antes da aplicação de quaisquer das penalidades acima definidas, será garantido direito de ampla defesa e do contraditório à CONTRATADA, nos termos do artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93;

8.5 - Da aplicação das penalidades previstas nesta seção, caberá recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.6 - A CONTRATANTE poderá efetuar a retenção de qualquer pagamento que for devido, para a compensação das multas definidas nesta seção;

CLÁUSULA NONA – DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO:

A rescisão contratual poderá ser operada:

9.1 – Por ato unilateral e formal do município, conforme os casos enumerados nos incisos I à XII e XVII à XVIII do art. 78 da Lei n. 8.666/93.

9.2 – Por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, devendo a parte interessada em rescindir o presente contrato, manifestar seu interesse por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.

9.3 – A inexecução total ou parcial deste contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades previstas na cláusula seguinte, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos enumerados no art. 78, e acarretará, também, as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei n. 8.666/93.

9.4 – Em caso de rescisão do contrato em decorrência de inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE, sem prejuízo de pleitear a indenização pelos eventuais danos causados, possuirá o direito de manutenção de cópia dos trabalhos técnicos até então desenvolvidos no curso do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 – As premissas constantes no instrumento contratual vinculam-se aos termos do edital e seus anexos correspondentes;

10.2 – Aplicam-se para a regular execução do contrato os termos previstos na Lei Federal n. 8.666/93 c/c Lei Federal n. 10.520/2002, sem prejuízo da aplicação de outras leis correlatas que dispõem sobre a matéria.

10.3 – Os casos omissos eventualmente aferidos neste instrumento serão resolvidos pela CONTRATANTE, interpretando-se sempre com base nas normas e princípios do direito.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Murtinho MS, para dirimir quaisquer questões do presente Contrato renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, a tudo presente.

XXXXX– MS, XX de XXXX de 202X.

(CONTRATANTE) XXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA: XXXXXXXXXXX

Testemunhas:

Nome: XXXXXXXX CPF nº XXXXXX

Nome: XXXXXX CPF nº XXXXXXXX